



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EDcl no HABEAS CORPUS Nº 681181 - SP (2021/0225073-3)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**EMBARGANTE** : JEFFERSON LUCAS (PRESO)  
**ADVOGADOS** : LUCIANO DE FREITAS SANTORO E OUTRO - SP195802  
JULIA CRESPI SANCHEZ - SP392016  
**EMBARGADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
**EMBARGADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por JEFFERSON LUCAS à decisão que indeferiu a liminar em *habeas corpus*.

Alega que o referido julgado seria omisso, pois não teria se pronunciado sobre o risco de inutilidade do julgamento definitivo do presente *writ* caso não seja conferido efeito suspensivo à exceção de suspeição.

Afirma que o *decisum* teria se omitido sobre a absoluta irreversibilidade da medida, que não acarretará qualquer prejuízo ao processo principal, que poderá ser retomado assim que julgado o incidente de suspeição.

Destaca que a magistrada singular designou audiências para os dias 3, 4, 5 e 6 de agosto, denotando que pretende instruir e julgar o feito antes da apreciação da exceção de suspeição.

Ressalta que o ano judiciário será retomado no dia 2.8.2021, uma dia antes da primeira audiência marcada, o que inviabilizará o julgamento definitivo deste *mandamus* antes do efetivo prosseguimento do processo na origem.

Argumenta que as audiências marcadas, se realizadas, serão anuladas, acarretando prejuízos para o próprio Estado, notadamente porque a imparcialidade da togada de origem já foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal no HC n. 187.035, oportunidade em que o feito originário foi anulado desde a realização da audiência de instrução e julgamento.

Requer o acolhimento dos aclaratórios para que os defeitos apontados sejam sanados.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Nos termos do art. 619 do Código de Processo Penal, os embargos de declaração destinam-se a sanar ambiguidade, esclarecer obscuridade, eliminar contradição e suprir omissão existentes no julgado, o que não se verifica na hipótese.

Não há nenhum vício na decisão ora embargada passível de modificação via embargos de declaração.

A decisão é clara ao consignar que o pleito liminar não procede, pois "*inexiste flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão*", acrescentando que o pedido se confunde com o mérito, devendo-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo, especialmente porque, conforme assentou o relator da exceção de suspeição, o incidente não possui efeito suspensivo, o que afasta a plausibilidade da tutela de urgência (e-STJ fl. 954).

Registre-se que "*não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos*

*os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram. Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução"* (EDcl nos EDcl no REsp n. 1.642.531/SC, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 22/4/2019).

Por fim, ressalto que a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no *decisum* embargado, consubstanciada na mera insatisfação com o resultado da demanda, não se coaduna com a via eleita. Nesse sentido, veja-se o EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Assim, não há irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria apta à apreciação desta Corte foi analisada, não padecendo a decisão embargada dos vícios que autorizariam a sua oposição (obscuridade, contradição, omissão ou erro material).

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração e determino a remessa dos autos diretamente ao ministro relator.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência